

RO 60000-46.1999.5.03.0113 – Divulgação: DEJT 25.02.2011

Relator Des. Jose Murilo de Moraes

Recorrente(s) Ministério Público do Trabalho

Recorrido: Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município de Duque de Caxias

Recorrida: Personal Service Recursos Humanos e Assessoria Empresarial Ltda.

Recorrida: Datamec S.A. Sistemas e Processamento de Dados

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. SUCESSÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS. EFEITOS.

Inexistindo vínculo jurídico entre as empresas contratadas pela Administração mediante regular procedimento licitatório, não há que se falar em sucessão trabalhista propriamente dita. **Vencido o contrato de prestação de serviços, extinguem-se as relações de trabalho, de modo que eventual absorção dos empregados pela nova contratada não exige a anterior de efetuar o acerto rescisório.** DECISÃO: A Turma, à unanimidade, conheceu do recurso e, no mérito, deu-lhe parcial provimento para declarar a inépcia do pedido de pagamento de "todas as parcelas resilitórias" (fl. 22) e a ilegitimidade passiva do 1º reclamado, extinguindo, nesses aspectos, o feito sem resolução de mérito, e para condenar a 2ª reclamada, com responsabilidade subsidiária da 3ª, ao pagamento da multa de 40% sobre o FGTS e multa do art. 477 da CLT e à entrega do TRCT aos empregados atingidos pelo ACT de fls. 67/71, conforme se apurar em execução. Sobre o principal incidirão juros e atualização monetária na forma da lei e das Súmulas 200 e 381 do TST. Declarou a natureza indenizatória das verbas deferidas. Arbitrou à condenação o valor de R\$30.000,00, com custas de R\$600,00, pelas reclamadas.